



Demonstrações Financeiras 2021

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Sicredi Recife – Sicredi Recife**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001 - Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Recife – Sicredi Recife
Recife / PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Recife – Sicredi Recife (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Recife – Sicredi Recife em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Representação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, às demonstrações financeiras, a qual descreve as reapresentações efetuadas sobre os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, relacionados a reclassificações de: (i) dos saldos de ingressos de depósitos intercooperativos para receita de intermediação financeira, em decorrência da natureza das operações, e (ii) dos saldos de resultado não operacional para os grupos de outros ingressos e receitas operacionais e outros dispêndios e despesas operacionais, em decorrência da natureza das operações. Nesse contexto, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



EY

Building a better
working world

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Building a better
working world

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-7



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Neste documento, a administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Recife – Sicredi Recife, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

O ano de 2021 foi marcado pela retomada. Mesmo com o cenário de pandemia, que se prolongou durante todo o ano, o Sicredi manteve o ciclo virtuoso do cooperativismo vivo.

Por meio das linhas de crédito concedidas aos associados nas cooperativas, apoiamos a manutenção da atividade econômica das comunidades nas regiões onde atuamos, reforçando o compromisso com a nossa missão de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito tradicionais continuaram ativas, assim como as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. E, como é característico do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilitou ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um na retomada e manutenção dos negócios.

Seguimos ampliando a oferta de soluções em meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo), viabilizando muitas de nossas demandas uma vez que, esses são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações. Em paralelo, voltamos a operar de forma presencial em todas as agências, seguindo os protocolos das autoridades sanitárias e mantendo mais esse canal de relacionamento com nossos associados.

Durante esse período de retomada, destacamos os seguintes fatos administrativos:

- Inauguração de 3 novas agências: Paulista, Goiana e Vitória de Santo Antônio, todas no estado de Pernambuco. Em Paulista, a agência fica localizada no Shopping North Way e tem 62 m². Em Goiana, a agência fica no Centro Comercial e possui 70 m². Já em Vitória de Santo Antônio, a agência está no Vitoria Park Shopping. São quase 50 m² de área. Todos os espaços contam com o padrão operacional único do Sistema Sicredi, além atendimento gerencial para pessoas físicas e jurídicas e caixas eletrônicos. Apenas Goiana tem caixa de atendimento presencial.
- Ações com a agência móvel: Em 2021, a agência móvel da Sicredi Recife circulou pela Região Metropolitana e esteve presente em eventos para prospecção juntamente com a equipe de negócios para abertura de novas contas, financiamento de veículos, etc. As principais ações foram realizadas nas seguintes instituições: Lucílio Ávila, em setembro, para abertura de novas contas dos colaboradores; Coopanest, com ação no Dia da Anestesia para prospecção de abertura de conta para novos associados, além de atendimento exclusivo para os cooperados Coopanest; e JBS e FM Prime, com café da manhã aos clientes e presença da equipe de negócios para oferta de financiamento de veículos.
- Aniversário 28 anos Sicredi Recife: em comemoração decoramos todas as agências com balões personalizados nas cores da marca e, no dia do aniversário, presenteamos os associados que foram até as agências com doces. Também realizamos um bate-papo no canal do YouTube da cooperativa com o consultor financeiro Elias Bispo, que falou sobre educação financeira.
- Implementação da mesa de negócios: buscando ampliar as parcerias e negócios no mercado, a Sicredi Recife implantou em 2021 a mesa de negócios. A equipe liderada pelo Gerente de Desenvolvimento de Negócios, Sostenes Cavalcanti, tem o objetivo de captar novos associados para a cooperativa, ampliar a oferta de crédito no financiamento de bens e a fonte de receita. Além disso, o novo setor poderá desenvolver célula de negócio com parceiros.
- Criação do setor Desenvolvimento do Cooperativismo: com o objetivo estimular projetos voltados à comunidade e implementar os programas da Fundação Sicredi, criamos o setor de desenvolvimento e cooperativismo, que é composto pela colaboradora Carla Leão e coordenado por Raíssa Duque. O novo setor é responsável pela condução dos programas sociais (Crescer, Cooperação da Ponta do Lápis e Dia de Cooperar, entre outros).
- Gestão de Pessoas: em 2021 promovemos os treinamentos “Plataforma PF” e “Jornada de Recuperação de Crédito – Trilha 1 – Descobrindo a América” para a área Comercial; Live tira-dúvidas “Pix Saque e Troco” e “Câmbio e Comércio Exterior” voltados para as áreas Comercial, Marketing e Serviços Compartilhados; “Novo Caixa” para Caixas e Tesoureiros; e a Websérie Open Banking para todos os colaboradores.
- Pesquisa de clima 2021: com o mote “Nosso clima a gente também constrói juntos”, o CAS lançou a pesquisa de clima 2021 impulsionado pelas equipes de Gestão de Pessoas das Cooperativas locais.
- Colaboradores 10 anos de casa: em 2021, sete colaboradores da Sicredi Recife completaram 10 anos de casa e receberam um troféu dos líderes para celebrar o momento. Os jubilados são: Ariel Silva, Danilo Nunes, Jairo João, Kassandra França, Maria Danielis, Pricilia Santos e Tamara Cristina.

Em outra frente, a cooperativa desenvolveu inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua. A seguir listamos os principais negócios sociais realizados em 2021:

-Doações/Dia C: mensalmente, a Diretoria, Conselheiros e Colaboradores da Sicredi Recife realizam doações de cestas básicas para pessoas em situação de vulnerabilidade social nas áreas de atuação. Durante o ano de 2021 foram entregues um total de 635 cestas e 527 quilos de alimentos não perecíveis avulsos.

- Programa Crescer: implementado na Sicredi Recife em julho de 2021, o programa Crescer traz, por meio da Educação Cooperativa, toda a trajetória do cooperativismo. É nele que os associados, conselheiros e colaboradores passam a entender como funciona a gestão e de que forma podem contribuir com a instituição. Todos os conselheiros e colaboradores da Sicredi Recife passaram pela formação e, para 2022, os associados também serão formados.

- Educação Financeira: durante todo o ano foram realizadas lives com foco em educação financeira para diversos públicos. O palestrante foi o consultor da AC Brasil, Elias Bispo e, em algumas ocasiões, alguns gerentes da Sicredi Recife também participaram.

- Programa de Voluntariado: com o objetivo de fortalecer o cooperativismo, a Sicredi Recife lançou no Dia Nacional do Voluntariado um programa voltado para o trabalho voluntário. A iniciativa visa premiar os colaboradores que mais dedicarem horas a esse tipo de ação. A ideia é que, em 2022, os colaboradores que se destacarem concorram a prêmios.

- Comitê de Sustentabilidade: foi criado em 18 de outubro de 2021.

- Dia das Crianças Solidário: por meio dessa ação, duas instituições foram beneficiadas, o Abrigo Julinda Peixoto, de Goiana, e o Centro de Apoio à Criança e Adolescente, de Paulista. As duas atendem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Foram doados 98 cestas básicas e 158 quilos de alimentos e outros itens avulsos, além de 155 lençóis, travesseiros e toalhas. Ainda nessa ação, levamos educação financeira para as crianças e uma oficina de artesanato para estimular a geração de renda para as famílias dos assistidos.

- Semana ENEF: entre as ações, a Sicredi Recife realizou um bate-papo sobre educação financeira e uma oficina de artesanato com recicláveis para jovens em situação de vulnerabilidade social de Vila de Santo Antônio. O objetivo foi incentivar a geração de renda entre as famílias locais. Os participantes tiveram a oportunidade de aprender como montar guirlandas para o natal com materiais reciclados. A ação impactou 30 famílias e reforçou o compromisso da cooperativa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pelas Nações Unidas. A iniciativa faz parte do programa "Cooperação na Ponta do Lápis".

- Natal + Solidário: a ação levou a alegria do natal para mais de 150 crianças em situação de vulnerabilidade social dos municípios de Paulista, Recife e Jaboatão dos Guararapes. Durante as ações, foram entregues presentes e sacolinhas com doces e salgados. A iniciativa faz parte de um dos princípios do cooperativismo, que é o interesse pela comunidade.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Recife – Sicredi Recife
CNPJ/MF nº 70.241.658/0001-70

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO				PASSIVO			
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	644.888	583.196	DEPÓSITOS	(Nota 11)	562.735	495.349
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		957	485	Depósitos à vista		515.270	455.337
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	633.040	570.761	Depósitos interfinanceiros		53.713	44.917
Centralização financeira	(Nota 04)	5.014	1.686	Depósitos a prazo		662	12
Operações de crédito	(Nota 06)	196.983	277.236	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		460.895	410.408
Outros ativos financeiros	(Nota 07)	403.526	273.475	Relações interfinanceiras	(Nota 12)	11.546	12.407
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 06)	27.517	18.364	Obrigações por empréstimos	(Nota 13)	1.424	519
OUTROS ATIVOS	(Nota 08)	(6.651)	(5.547)	Outros passivos financeiros	(Nota 14)	9.904	11.724
INVESTIMENTOS	(Nota 09)	2.310	2.088	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 15)	218	164
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	10.357	10.357	OUTROS PASSIVOS	(Nota 16)	14.798	12.814
INTANGÍVEL	(Nota 10)	4.533	4.921			21.121	14.791
		342	131	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 17)	82.153	87.847
				CAPITAL SOCIAL		72.452	70.585
				RESERVAS DE SOBRAS		8.714	8.598
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		987	8.664
TOTAL DO ATIVO		644.888	583.196	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		644.888	583.196

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Recife – Sicredi Recife
 CNPJ/MF nº 70.241.658/0001-70

Descrição das contas		01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		32.634	56.330	54.469
Operações de crédito	(Nota 06)	26.271	46.799	49.581
Resultado de títulos e valores mobiliários		124	149	42
Rendas de operações de venda ou transferência de ativos financeiros		41	41	-
Ingressos de depósitos intercooperativos		6.198	9.341	4.846
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(15.840)	(23.408)	(12.405)
Operações de captação no mercado	(Nota 11)	(13.959)	(19.670)	(10.063)
Operações de empréstimos e repasses		(357)	(663)	(655)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 06)	(1.524)	(3.075)	(1.687)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		16.794	32.922	42.064
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e despesas operacionais		(15.289)	(28.534)	(29.015)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 20)	2.175	4.025	3.398
Rendas de tarifas bancárias		653	1.337	1.447
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 21)	(8.278)	(16.167)	(14.231)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 22)	(7.546)	(13.800)	(11.249)
Dispêndios e despesas tributárias		(90)	(172)	(171)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 23)	1.935	3.406	1.587
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 24)	(4.138)	(7.163)	(9.796)
RESULTADO OPERACIONAL		1.505	4.388	13.049
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		1.505	4.388	13.049
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(70)	(220)	(950)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES		1.435	4.168	12.099

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Recife – Sicredi Recife
CNPJ/MF nº 70.241.658/0001-70

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2020	66.710	6.656	923	9.721	84.010
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(9.663)	(9.663)
Outras destinações	-	-	-	(58)	(58)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.841	-	-	-	3.841
Baixas de capital	(4.854)	-	-	-	(4.854)
Resultado do exercício	-	-	-	12.099	12.099
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(510)	(510)
Juros sobre o capital próprio	4.888	-	-	(1.906)	2.982
Reserva legal - Estatutária	-	1.019	-	(1.019)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2020	70.585	7.675	923	8.664	87.847
Mutações do Exercício	3.875	1.019	-	(1.057)	3.837
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	70.585	7.675	923	8.664	87.847
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(8.570)	(8.570)
Outras destinações	-	-	-	(94)	(94)
Capital de associados					
Aumento de capital	5.201	-	-	-	5.201
Baixas de capital	(5.857)	-	-	-	(5.857)
Resultado do exercício	-	-	-	4.168	4.168
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(58)	(58)
Juros sobre o capital próprio	2.523	-	-	(3.007)	(484)
Reserva legal - Estatutária	-	116	-	(116)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	72.452	7.791	923	987	82.153
Mutações do Exercício	1.867	116	-	(7.677)	(5.694)
Saldos no início do semestre em 01/07/2021 (Não auditado)	69.230	7.675	923	2.733	80.561
Capital de associados					
Aumento de capital	2.716	-	-	-	2.716
Baixas de capital	(2.017)	-	-	-	(2.017)
Resultado do semestre	-	-	-	1.435	1.435
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(58)	(58)
Juros sobre o capital próprio	2.523	-	-	(3.007)	(484)
Reserva legal - Estatutária	-	116	-	(116)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	72.452	7.791	923	987	82.153
Mutações do Semestre	3.222	116	-	(1.746)	1.592

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Recife – Sicredi Recife
CNPJ/MF nº 70.241.658/0001-70

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	3.145	7.273	15.863
Resultado do semestre/exercício	1.435	4.168	12.099
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.710	3.105	3.764
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	728	1.104	602
Provisão para desvalorização de outros ativos	-	-	2.187
Depreciação e amortização	1.015	1.872	1.155
Baixas do ativo permanente	120	136	23
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(95)	51	307
Destinações ao FATES	(58)	(58)	(510)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(37.409)	(75.419)	139.682
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.598)	(3.328)	(463)
Redução em relações interfinanceiras ativas	885	-	1
(Aumento) Redução em operações de crédito	(63.358)	(130.051)	51.981
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(973)	905	519
(Aumento) em outros ativos financeiros	(5.944)	(9.153)	(3.001)
(Aumento) Redução em outros ativos	103	(222)	(176)
Aumento em depósitos	28.696	59.933	81.513
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(177)	54	(36)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(912)	(1.820)	8.596
Absorção de dispêndios pelo FATES	(679)	(1.040)	(38)
Aumento em outros passivos	7.548	9.303	786
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(34.264)	(68.146)	155.545
Aquisição de investimentos	-	-	(726)
Aquisição de imobilizado de uso	(120)	(1.556)	(1.721)
Aplicações no intangível	(142)	(275)	(139)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(262)	(1.831)	(2.586)
Integralização de capital	2.716	5.201	3.841
Baixa de capital	(2.017)	(5.857)	(4.854)
Juros ao capital próprio	(484)	(484)	2.982
Distribuição de Sobras	-	(8.664)	(9.721)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	215	(9.804)	(7.752)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(34.311)	(79.781)	145.207
Caixa e equivalente de caixa no início do período	232.251	277.721	132.514
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	197.940	197.940	277.721

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Recife – Sicredi Recife
CNPJ/MF nº 70.241.658/0001-70

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	1.435	4.168	12.099
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	1.435	4.168	12.099

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Recife – Sicredi Recife ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 29/12/1993 e sede situada na Av. Lins Petit, 100, Salas 01 e 02, na cidade de Recife - Pernambuco . A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2021, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.127 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 7 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33 e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

Reapresentação das cifras comparativas:

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras de 2020, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de ajustes de retificação de erro de acordo com o disposto no CPC 23, conforme abaixo:

(a) Ingressos de depósitos intercooperativos nas demonstrações de sobras e perdas

Em 2021, foi efetuada a reclassificação dos ingressos de depósitos intercooperativos, para fins de comparação, registrados em 31 de dezembro de 2020 como outros ingressos e receitas operacionais. A cooperativa entende que os valores aplicados nas Centrais via Centralização Financeira não se caracterizam como outros ingressos e receitas operacionais, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo ser considerados como ingressos e receitas da intermediação financeira. Nessa operação os valores captados em centralização serão aplicados pelo Banco no mercado, gerando receita da intermediação financeira, e remunerado às centrais via centralização. Por se tratar de recurso de tesouraria aplicado, a natureza dessa receita se caracteriza como Intermediação Financeira, logo essa classificação é a mais adequada.

(b) Resultado não operacional

Entre as alterações normativas decorrentes da Resolução BCB nº2/20 ocorreu a mudança na forma de apresentação das demonstrações de sobras ou perdas. A cooperativa entende que o saldo relativo as sobras ou perdas do resultado não operacional não é mais parte integrante deste demonstrativo, conforme entendimento anteriormente adotado. Desta forma, a cooperativa reclassificou os saldos por natureza nos grupos de contas de outros ingressos e receitas operacionais e outros dispêndios e despesas operacionais, para fins de favorecer a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Os valores reclassificados estão demonstrados no quadro abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	49.623	4.846	54.469
Ingressos Depósitos Intercooperativos	-	4.846	4.846
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e DESPESAS OPERACIONAIS	(21.960)	(7.055)	(29.015)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	6.329	(4.742)	1.587
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	(7.483)	(2.313)	(9.796)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2.209)	2.209	-

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 21 de fevereiro de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/71.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ (983) (2020 - R\$ 428) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades, pelos valores aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de renda fixa e multimercado, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

k) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro-rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos à poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata-die* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ é de 15%, acrescida de adicional de 10% e a CSLL no qual a alíquota passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022, aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

No esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 06;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 15;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável desses ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas. O detalhamento dos impactos é apresentado na NOTA 30.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultados recurrentes e não recurrentes

Resultados recurrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recurrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	957	485
Centralização financeira	196.983	277.236
Total	197.940	277.721

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 101% do CDI (dezembro de 2020 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2021				31/12/2020
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	308	4.706	5.014	1.686
Total	-	308	4.706	5.014	1.686
Total circulante				308	19
Total não circulante				4.706	1.667

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa refere-se a operações para cobrir as antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na adquirência, com taxa de remuneração de 105% do CDI.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2021			31/12/2020	
		A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	854	26.315	64.435	290.660	382.264	269.415
Financiamentos	7	1.616	4.758	14.881	21.262	4.060
Total das operações de crédito	861	27.931	69.193	305.541	403.526	273.475
Titulos e créditos a receber (Nota 7)	-	8.294	3.187	9	11.490	5.552
Total de outros créditos	-	8.294	3.187	9	11.490	5.552
Carteira total	861	36.225	72.380	305.550	415.016	279.027
Total circulante					109.466	71.887
Total não circulante					305.550	207.140

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
AA	-	6.179	9.770	-	-
A	0,50	350.211	233.212	1.751	1.166
B	1,00	26.530	14.160	265	142
C	3,00	18.327	9.893	550	297
D	10,00	9.029	7.304	903	730
E	30,00	1.630	1.404	489	421
F	50,00	589	849	295	425
G	70,00	410	231	287	162
H	100,00	2.111	2.204	2.111	2.204
Total		415.016	279.027	6.651	5.547

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 5.125 (dezembro de 2020 - R\$ 3.530) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 26). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 29 (dezembro de 2020 - R\$ 22) conforme Nota 14.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2021			31/12/2020	
		A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	630	28.258	56.173	275.268	360.329	237.912
Comércio	45	307	680	675	1.707	2.206
Pessoas jurídicas	186	7.660	15.527	29.607	52.980	38.909
Total	861	36.225	72.380	305.550	415.016	279.027
Total circulante					109.466	71.887
Total não circulante					305.550	207.140

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	25.186	6,07	21.821	7,82
50 devedores seguintes	25.475	6,14	19.971	7,16
100 devedores seguintes	29.287	7,06	21.608	7,74
Demais	335.068	80,73	215.627	77,28
Total	415.016	100,00	279.027	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial		5.547
Constituição de provisão	6.045	6.261
Reversão de provisão	(2.970)	(4.574)
Movimentação de baixados para prejuízo	(1.971)	(1.085)
Saldo final	6.651	5.547

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	24.308	44.207	48.359
Financiamentos	897	1.281	670
Subtotal	25.205	45.488	49.029
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	1.066	1.311	552
Total	26.271	46.799	49.581

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 32.714 (2020 - R\$ 101.375).

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e créditos a receber (Nota 06)	11.490	5.552
Rendas a receber	455	293
Transações com cartão de crédito	770	143
Devedores por depósitos em garantia (Nota 15)	14.802	12.376
Total	27.517	18.364
 Total circulante	12.706	5.987
Total não circulante	14.811	12.377

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros valores e bens	1.525	1.497
Adiantamentos e antecipações salariais	48	41
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	51	12
Adiantamentos para Confederação Sicredi	141	121
Impostos e contribuições a compensar	7	3
Pendências a regularizar	45	15
Seguro prestamista	478	193
Valores em análise pela SFG	1	-
Outros	14	206
Total circulante	2.310	2.088
 Total	2.310	2.088

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	3.449	3.449
Imóveis	3.449	3.449
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(2.187)	(2.187)
Material em estoque	26	26
Despesas antecipadas	237	209
Total circulante	1.525	1.497

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(2.187)	-
Constituição de provisão	-	(2.187)
Reversão de provisão	-	-
Saldo final	(2.187)	(2.187)

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	9.196	9.196
Sicredi Participações S.A.	1.158	1.158
Outras participações e investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outros investimentos	2	2
Total	10.357	10.357

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Número de ações/quotas possuídas	353.336 ON	353.336 ON	1	1	9.196.095	9.196.095
	804.049 PN	804.049 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,05%	0,10%	0,62%	0,62%	5,54%	5,57%
Capital social	2.108.211	1.178.211	161	161	165.967	165.101
Patrimônio líquido	2.111.744	1.222.087	368.071	334.310	173.677	173.388
Resultado líquido do exercício	(15.246)	38.149	33.761	21.363	1.807	3.283
Valor do investimento	1.158	1.158	1	1	9.196	9.196

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	8.555	(4.022)	4.533	4.921
Imobilizações em curso	-	-	-	-	621
Instalações	10%	999	(630)	369	436
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.994	(1.953)	2.041	1.829
Móveis e equipamentos	10%	1.952	(557)	1.395	1.410
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	474	(221)	253	207
Equipamentos de processamento de dados	20%	956	(568)	388	295
Veículos	20%	180	(93)	87	123
Intangível		435	(93)	342	131
Investimentos Confederação	10%	414	(75)	339	128
Outros ativos intangíveis	10%	21	(18)	3	3

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

a) Composição dos depósitos por prazos de vencimento

Depósitos	31/12/2021			31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	53.713	-	-	53.713	44.917
Depósitos interfinanceiros	-	-	662	662	12
Depósitos a prazo	2.685	23.204	435.006	460.895	410.408
Total	56.398	23.204	435.668	515.270	455.337
Total circulante				79.602	47.220
Total não circulante				435.668	408.117

b) Despesas com operações de captações no mercado

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	6	6	-
Depósitos de aviso prévio	48	68	53
Depósitos a prazo	13.532	18.870	9.390
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	373	726	620
Total	13.959	19.670	10.063

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Repasses interfinanceiros	1.418	519
Recebimentos e pagamentos a liquidar	6	-
Total	1.424	519

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2021			31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	11	1.407	1.418	519
Total - Outros Recursos	-	11	1.407	1.418	519
Total	-	11	1.407	1.418	519
Total circulante				11	519
Total não circulante				1.407	-

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,6 % do CDI com vencimentos até 15/11/2028. Os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2021			31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	531	1.592	4.598	6.721	8.580
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	523	2.660	3.183	3.144
Total	531	2.115	7.258	9.904	11.724
Total circulante				2.646	2.077
Total não circulante				7.258	9.647

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pela Cooperativa Central, operam com uma taxa até 6,29% a.a. com vencimento até 07/02/2025.

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para garantias financeiras prestadas	29	22
Recursos em trânsito de terceiros	189	142
Total circulante	218	164

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	Provável	735	813
Cível	Provável	159	30
Tributária	Provável	13.904	11.971
Total não circulante		14.798	12.814

Natureza	31/12/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2021
Trabalhistas	813	150	(228)	735
Cível	30	149	(20)	159
Tributária	11.971	1.933	-	13.904
Total não circulante	12.814	2.232	(248)	14.798

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 85 e R\$ 159 (dezembro de 2020 - R\$ 88 e R\$ 0), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 14.802 (dezembro de 2020 - R\$ 12.376), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Transações com cartões de crédito	12.087	5.715
Provisão para pagamentos a efetuar	1.314	1.003
Cotas de capital a pagar	5.639	4.865
Provisão para participações nos lucros	220	300
Fundo de assistência técnica, educacional e social	58	1.043
Impostos e contribuições a recolher	1.075	1.093
Credores diversos	523	769
Cobrança e arrecadação de tributos	192	-
Pendências a regularizar	13	3
Total circulante	21.121	14.791

As transações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	72.452	70.585
Total de associados	16.016	13.224

Em 31 de dezembro de 2021, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.867 (dezembro de 2020 – R\$ 3.875), sendo R\$ 2.523 (dezembro de 2020 – R\$ 4.888) via integralização de resultados e R\$ 5.201 (dezembro de 2020 – R\$ 3.841), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.857 (dezembro de 2020 – R\$ 4.854).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,33% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.007, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 10% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	4.388	13.049
Participação nas sobras	(220)	(950)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	4.168	12.099
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.876)	(4.840)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	2.318	6.262
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.353	763
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(8)	(1.364)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022.

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	5.014	1.686
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	196.983	277.236
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 07)	41	18
Outros ativos (Nota 08)	141	121
Investimentos (Nota 09)	10.355	10.355
Intangível (Nota 10)	339	128
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	662	12
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	1.418	519
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	9.904	11.724
Outros passivos (Nota 16)	11.478	5.402
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	149	42
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 20)	129	61
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	6	30
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 11)	6	-
Operações de empréstimos e repasses	663	655
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	82	60
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	3.408	3.335

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2021	% em relação ao total	31/12/2020
Depósitos à vista	504	0,94%	-
Depósitos a prazo	5.716	1,24%	10.995
Operações de crédito	689	0,17%	296

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas chave da administração	2.845	2.988

NOTA 20 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Cartões	868	1.547	893
Cobrança	125	239	198
Comissões	-	-	6
Consórcios	152	301	57
Convênios	55	93	62
Distribuição de produtos e serviços bancários	34	78	24
Processamento da compensação	6	16	21
Seguros	392	664	649
Taxas e tarifas	227	342	340
Antecipação de recebíveis	173	296	129
Taxas de portabilidade	133	433	1.006
Outros serviços	10	16	13
Total	2.175	4.025	3.398

NOTA 21 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	5.430	10.593	9.488
Benefícios	1.030	2.005	1.742
Encargos sociais	1.800	3.530	2.968
Treinamentos	18	39	33
Total	8.278	16.167	14.231

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Água, energia e gás	140	248	218
Aluguéis	1.198	2.239	2.168
Comunicação	196	389	339
Mantenção e conservação	260	483	364
Material de expediente	106	201	180
Processamento dados	406	718	356
Propaganda e publicidade	128	280	1.374
Promoções e relações públicas	153	251	222
Serviços do sistema financeiro	984	1.979	635
Assessoria e consultoria	70	195	296
Serviços jurídicos	180	258	784
Serviços de terceiros	224	401	416
Serviços de técnicos especializados	459	747	429
Serviços de vigilância e segurança	524	958	742
Serviços de transportes	162	342	306
Depreciação	974	1.809	1.141
Amortização (Rateio Confederação)	41	62	11
Amortização outros ativos intangíveis	-	1	3
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	712	1.074	38
Emolumentos e taxas diversas	257	432	522
Ressarcimento tarifas	7	47	44
Seguros	30	47	33
Outras despesas administrativas	335	639	628
Total	7.546	13.800	11.249

NOTA 23 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Absorção de dispêndios - FATES	678	1.040	38
Recuperação de encargos e despesas	171	385	138
Reversão de provisões operacionais	68	231	357
Reversão de provisões impostos folha	310	447	431
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	-	3	-
Reversão de provisões para passivos contingentes	193	248	73
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	118	192	63
Juros ao capital - Central Sicredi Norte/Nordeste	290	409	231
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	35	54	13
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	15	15	
Outras rendas operacionais	57	382	243
Total	1.935	3.406	1.587

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	912	1.093	1.926
Contribuições Cooperativistas	73	145	135
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	37	70	168
Contribuição Confederação Sicredi	1.183	2.228	2.081
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	385	768	741
Encargos da administração financeira	-	-	1
Repasse Administradora de Cartões	-	-	23
Provisão para garantias financeiras prestadas	10	10	5
Provisão para passivos contingentes	98	299	380
Outras provisões operacionais	273	505	2.612
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	376	649	353
Risco operacional	6	26	38
Juros e comissões	163	164	27
Tarifa serviços folha pagamento servidores	54	98	75
Distribuição de produtos e serviços bancários	94	207	-
Insubsistência e perdas de capital	106	107	126
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	8	8	-
Outras despesas operacionais	360	786	1.105
Total	4.138	7.163	9.796

NOTA 25 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes das destinações	1.435	4.168	12.099
Recuperação de prejuízo - cessão de crédito	(43)	(43)	
Eventos não recorrentes	(43)	(43)	-
Resultado recorrente	1.392	4.125	12.099

NOTA 26 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2021	31/12/2020
Beneficiários de garantias prestadas	5.125	3.530
Total	5.125	3.530

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Líquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócios, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócios com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alcadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e relatório para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou talhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Relatório das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 28 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	31/12/2021	31/12/2020
Limites operacionais		
Patrimônio de Referência (PR)	80.654	86.558
Nível I (NI)	80.654	86.558
Capital principal - CP	80.654	86.558
Capital social	72.452	70.585
Reservas de capital	8.714	8.598
Lucros acumulados	987	8.664
Ajustes Prudenciais	(1.499)	(1.289)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	417.871	324.952
Margem de Capital		
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,30%	26,64%
Situação de Imobilização (Imob)	4.533	4.921
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,62%	5,68%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 30 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país ao longo do período. Enquanto instituição financeira cooperativa, nosso modelo de negócio possibilita o acompanhamento de perto da realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, oportunizando a ampliação da oferta de soluções financeiras adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios.

Para dar suporte aos empreendedores, ofertamos aos nossos associados a Linha Renegociação Emergencial viabilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que possibilitou a renegociação das parcelas sem alterar o vencimento original da operação e excepcionalmente em casos de operações com taxa pós-fixada (TLP) a possibilidade de ampliação do prazo final.

Nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativos) seguem apoiando muitas das demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações reduzindo a necessidade de ida às agências. Também seguimos incrementando as possibilidades de atendimento via WhatsApp, agilizando muitas das solicitações. Além disso, colocamos em prática a nossa missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade também por meio de iniciativas como o Eu Coopero com a Economia Local, impulsionando a força do cooperativismo como motor para a continuidade da atividade econômica no país.

Wilberto Gomes De Sousa
Diretor Executivo
CPF: 070.059.384-53

Elísio Guerra de Souza
Diretor de Negócios
CPF: 485.347.814-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20